

[Home](#) > [Editais](#)

Ato que autoriza a Contratação Direta nº 2/2025

Última atualização 05/02/2025

Local: Frederico Westphalen/RS **Órgão:** MUNICIPIO DE FREDERICO WESTPHALEN**Unidade compradora:** 1 - MUNICÍPIO DE FREDERICO WESTPHALEN**Modalidade da contratação:** Inexigibilidade **Amparo legal:** Lei 14.133/2021, Art. 74, III, c**Tipo:** Ato que autoriza a Contratação Direta **Modo de disputa:** Não se aplica **Registro de preço:** Não**Data de divulgação no PNCP:** 05/02/2025 **Situação:** Divulgada no PNCP**Id contratação PNCP:** 87612917000125-1-000004/2025 **Fonte:** digifred sistemas de informação ltda**Objeto:**

contratação de empresa para prestar serviços técnicos especializados em consultoria técnica na área do direito público, com atividades in loco e a distância, através de contato telefônico ou via internet

VALOR TOTAL ESTIMADO DA COMPRA

R\$ 74.400,00

VALOR TOTAL HOMOLOGADO DA COMPRA

R\$ 74.400,00

[Itens](#)[Arquivos](#)[Histórico](#)

Número	Descrição	Quantidade	Valor unitário estimado	Valor
1	Contratação de serviços técnicos de profissionais especializados em consultoria técnica na área do direito público, com atividades in loco e à distância, através de contato telefônico ou via internet.	12	R\$ 6.200,00	R\$ 74.

Exibir:

1-1 de 1 itens

Página: [Voltar](#)

Criado pela Lei nº 14.133/21, o Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é o sítio eletrônico oficial destinado à divulgação centralizada e obrigatória dos atos exigidos em sede de licitações e contratos administrativos abarcados pelo novel diploma.

É gerido pelo Comitê Gestor da Rede Nacional de Contratações Públicas, um colegiado deliberativo com suas atribuições estabelecidas no Decreto nº 10.764, de 9 de agosto de 2021.

O desenvolvimento dessa versão do Portal é um esforço conjunto de construção de uma concepção direta legal, homologado pelos indicados a compor o aludido comitê.

A adequação, fidedignidade e correteza das informações e dos arquivos relativos às contratações disponibilizadas no PNCP por força da Lei nº 14.133/2021 são de estrita responsabilidade dos órgãos e entidades contratantes.